



Dilma cumpre a Lei e cede áreas do pré-sal à Petrobrás



O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a contratação direta da Petrobras, por 35 anos, para produção do volume excedente aos cinco bilhões de barris encontrados sob o regime de cessão onerosa em quatro áreas do pré-sal: Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi. Pág. 4

3 "A pasta e o tubo", artigo de Diomedes Cesário

6 Os desafios da Petrobrás, para além das denúncias e do estrangulamento financeiro



7 PREVIC responde às denúncias dos conselheiros eleitos da Petros

8 Qual o papel do CA na governança da Petrobrás?



Editorial

Como fazer para a Petrobrás não ser utilizada para fins políticos

A Petrobrás recebeu recentemente do Governo Dilma o excedente da cessão onerosa de quatro campos de petróleo do pré-sal - Búzios (antigo campo de Franco), entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi - cuja capacidade de produção é avaliada de 10 a 15 bilhões de barris.

Este fato, por si só, deve ser comemorado por todos os que defendem a Petrobrás e a soberania nacional. É importante lembrar que, quando da capitalização da companhia, em 2010, por conta da Lei da cessão onerosa, o Governo cedeu 7 blocos para a Petrobrás, que pagou R\$ 84 bilhões por eles, e que incluía os campos acima, além do campo de Libra. A Petrobrás deveria explorar e produzir uma reserva estimada em 5 bilhões de barris nestes 7 blocos.

A Petrobrás furou Franco e encontrou 9 bilhões de barris. Furou Libra e encontrou mais 15 bilhões de barris. Mas, em vez de manter estes campos com a Petrobrás e negociar o excedente, o Governo retomou Libra para leiloar. Desde aquele momento, a AEPET e as entidades classistas e movimentos sociais independentes alertavam que, ao leiloar Libra, o Governo estaria leiloando petróleo e gás, e não blocos para

exploração. Isto significava entregar o maior campo do pré-sal e do mundo sem qualquer risco para o consórcio vencedor, pois a Petrobrás já havia comprovado que neste campo tinha imensas reservas de óleo e gás. Uma ilegalidade e um absurdo. Pela Lei, o Governo tinha que manter todos com a Petrobrás.

Agora, o governo Dilma realiza finalmente a sua obrigação legal e negocia o excedente da cessão onerosa destes quatro campos, motivado talvez pela campanha eleitoral, de mostrar respeito pela Petrobrás. Mas aproveita para resolver seu problema de fechar as contas do superávit primário. E não é um bom momento para sugar a Companhia, sufocada no seu fluxo de caixa comprometido pela orientação política do Governo, que a obriga a importar derivados e vender mais barato para suas concorrentes. Podemos também entender esta iniciativa como a tentativa de reparação de um grave erro do ano passado: o campo de Libra tinha que ser entregue à Petrobrás nas mesmas condições atuais como a Lei manda. Ao invés disto, 60% de Libra foram entregues às empresas multinacionais.

Esta decisão de cumprir a Lei, no entanto, foi tomada pelo Governo

Dilma, através do Conselho Nacional de Política Energética, em negociação direta com a Diretoria Executiva da companhia, sem passar pelo Conselho de Administração da Petrobrás.

O Conselho de Administração da Petrobrás é o seu órgão máximo. E certamente o Conselho homologaria esta decisão, que, além de cumprir a lei, é altamente favorável à Petrobrás, ao País e à Soberania Nacional. Este conselho não pode ser ignorado pelo Governo, nem pela Diretoria Executiva da Petrobrás. Mais o órgão só soube da cessão onerosa pelos jornais.

Pode ser que, para alguma entidade sindical ou conselheiro da Petrobrás - eleito ou indicado - que somente se preocupa em homologar as decisões governamentais, sem questionar nada, sem interferir decisivamente nas questões estratégicas; pode ser, repetimos, que tanto faça se o Conselho de Administração é consultado ou respeitado. Este "ente" provavelmente se sentirá até ameaçado por existir um órgão da companhia que possa - em algum momento, quem sabe? - não homologar as diretrizes governamentais.

Não para a AEPET, que sempre primou pela independência e hoje, inclusi-

ve, é presidida pelo atual representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás, Silvio Sinedino. Nem para entidades classistas e os sinceros petroleiros que desejam e lutam por manter uma total independência dos governos (quaisquer governos) e da direção da companhia.

Não devemos permitir que o Conselho de Administração seja figurativo. Uma rainha da Inglaterra. De que adianta ter um representante eleito em órgão que fosse mera figuração? Poderia significar a utilização política da empresa, que todos nós condenamos. Temos que ser coerentes em todos os momentos, inclusive nos momentos em que possa nos favorecer.

Tampouco devemos dar ouvidos a companheiros que se sentem ameaçados quando defendemos uma Petrobrás 100% estatal e pública, cujo controle seja realizado pelo povo brasileiro, e não por meia dúzia de senhores preocupados com o acerto fiscal dos governos de plantão.



Programa Faixa Livre tem seu público majoritário na internet



Pesquisa recente realizada pela AEPET entre os ouvintes do Programa Faixa Livre, que comemora 20 anos no ar, revela que a maioria dos interessados (62%) prefere ouvi-lo via internet, o que revela um avanço em relação aos meios tradicionais, principalmente o rádio. Vale destacar também que a maioria gostaria que o programa mudasse de horário (81%), passando para o turno da noite (64%).

Algumas sugestões e críticas foram feitas, através da pesquisa, que merecem registro. Uma delas diz respeito à qualidade do som. Mas há sugestões para tornar o programa mais dinâmico com entrevistas de rua sobre o tema, responder a maior número de telefonemas, aumento do leque de debatedores e maior divulgação junto aos jovens, já que o público ouvinte majoritário tem hoje acima de 40 anos (cerca de 86%).

O interessante na pesquisa foi a indicação de que o ouvinte do programa tem, majoritariamente, renda superior acima de R\$ 10 mil (56%), carro próprio (56%) e viajam uma, duas vezes ou mais de duas vezes por ano de férias (69%), o que demonstra que o segmento tem alto poder aquisitivo para os padrões brasileiros, boa informação e possibilidade de lazer.

Por isso mesmo, os ouvintes são exigentes: querem mais divulgação para o

programa, particularmente entre os associados, acham que os assuntos deveriam ser mais direcionados para os fatos do dia a dia, pedem a inserção dos temas no Aepet Direto e a transmissão, via FM. Paralelamente, não faltam críticas: além do som, criticam a mudança da emissora sem a necessária informação, querem mais informação sobre o CA da Petrobrás, sobre a questão dos aposentados e pensionistas e entrevistas mais curtas.

Expediente

Presidente:
Silvio Sinedino

Vice-Presidente:
Fernando Siqueira

Diretor Administrativo:
Henrique Sotoma

Vice-Diretor Administrativo:
Pedro Francisco de Castilho

Diretor de Comunicações:
Ronaldo Tedesco

Vice-Diretor de Comunicações:
Paulo Sérgio Decnop Coelho

Diretor de Assuntos Jurídicos:
Paulo Teixeira Brandão

Vice-Diretor de Ass. Jurídicos:
Carlos Roberto dos S. Caldeira

Diretor de Pessoal:
Francisco Soriano de Souza Nunes

Vice-Diretor de Pessoal:
Raul Tadeu Bergman

Diretor Cultural :

Rogério Loureiro Antunes

Vice-Diretor Cultural:
Francisco Isnard Barrocas

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgé de Azevedo

Suplentes: Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi

Núcleo

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus

Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão

Aepet-Macaé: José Carlos L. de Almeida

Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro

Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto

Espirito Santo: Paulo W. Magalhães

S.José dos Campos: Clemente F. da Cruz

Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho

Pernambuco: Adelman José Leão Brasil
Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Editores:

Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)

Colaborador: José Luiz Sombra

Projeto Gráfico:

Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Amorim

Diagramação: Geraldo Machado

A pasta e o tubo

Por Diomedes Cesário da Silva

Segundo a lenda, o ex-presidente da Petrobrás Henri Phillipe Reichstul (1999-2001) dizia que tinha tirado a pasta do tubo e que não havia como colocá-la de volta.

Estava se referindo à sua gestão, cuja essência era mudar a cultura da Empresa, caracterizada por um corpo de profissionais que passava toda sua carreira na Petrobrás e pelo forte trabalho em equipe. Implementou uma série de ações para consolidar sua proposta de trabalho.

Transformou refinarias, regiões de produção e outras instalações em Unidades de Negócios (UN). Elas teriam suas contabilidades individualizadas e deveriam competir entre si. Os gerentes tiveram suas remunerações elevadas substancialmente, principalmente os mais novos na empresa, passando a ter uma grande diferença salarial em relação aos técnicos. Foi criada a função de confiança de Consultor Técnico, justificada como forma de reter talentos e evitar a perda para outras empresas, num momento em que a atividade petrolífera estava sendo alterada no país pela mudança da legislação em 1997, com a nova Lei do Petróleo.

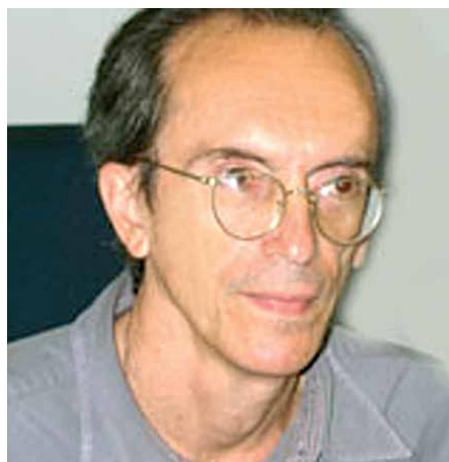
Todas elas apontavam no sentido de aumentar a competitividade interna e externa à Companhia, em linha com as diretrizes do governo da época. A Petrobrás deveria abrir espaço para empresas privadas nacionais e internacionais, fazendo parcerias e oferecendo participações em seus negócios.

Unidades de Negócios

Estas mudanças foram efetuadas com a contratação de consultorias externas, anunciadas como modernizadoras da gestão da Empresa. Foram criados diversos indicadores, além dos já existentes, para aferição do desempenho.

Os efeitos não demoraram a ocorrer. A utilização de mão de obra interna de outros órgãos para estudos técnicos de otimização e ampliação de unidades operacionais foi reduzida ou contratadas externamente, pois os homens-horas (HH) passaram a ser cobrados das UNs.

O reaproveitamento de equipamentos de outras unidades, prática comum na companhia, foi muitas vezes descartado, quando eram de materiais mais nobres do que os necessários, pois seriam contabilizados por valores elevados, preferindo-se aquisição de novos. O problema é que os HH e os equipamentos seriam ou já tinham sido pagos pela Petrobrás, mas para as UNs a conta era diferente. Enfim, otimizar as partes produz resultado diferentes da otimização do todo.



Diomedes Cesário da Silva,
Ex-presidente da AEPET

Uma outra alteração significativa de cultura foi a introdução dos conceitos de Cliente e Parceiro no linguajar interno. As UNs passaram a ser denominadas de Clientes pelo Cenpes, Engenharia e Materiais, quando tratavam de algum empreendimento ou tecnologia a ser implementada. Antes disso, todos se consideravam igualmente Petrobrás, procurando analisar o projeto dentro de sua visão e do que entendiam ser o melhor para a Companhia. A decisão que tinha um viés de equipe passou a ser de compra-se o que já foi decidido pelo Cliente.

O termo Parceiro era destinado a empresas sócias da Petrobrás em algum empreendimento, podendo ser um banco, petroleira ou empreiteira. A Petrobrás sempre desenvolveu seus empreendimentos sem estes sócios, mas o governo da época entendia que, com a nova Lei do Petróleo, a Empresa deveria ceder parte de seu negócio para outros. Apesar da argumentação de que não necessitava deles, por ter competência técnica, recursos ou condições de obter emprés-

timos para os investimentos, o governo não permitia. Na época, o FMI - que ditava as regras, por ser credor e negociador da elevada dívida externa brasileira - considerava como aumento do déficit qualquer investimento efetuada por empresa que tivesse o controle da União. Se, na parceria, a Petrobrás fosse minoritária, o investimento estava liberado.

A REFAP, refinaria localizada no RS, foi transformada em REFAP S.A em 2001 e teve 30% de sua participação negociada com a REPSOL (empresa espanhola que havia adquirido a YPF argentina), junto com 10% do Campo de Albacora Leste, em troca de ativos da empresa espanhola e postos da rede EG3 na Argentina.

O modelo deveria ser aplicado a outras refinarias e campos de produção de petróleo. Com a mudança de governo em 2002, o processo foi interrompido. A REFAP S.A. voltou a ser uma refinaria 100% Petrobrás em 2012, após longa renegociação.

Hoje, o modelo continua em vigor, tendo sido alterada a denominação de Unidade de Negócio (UN) para Unidade Operacional (UO).

Corpo Gerencial

Foram eliminados níveis hierárquicos na cadeia de gestão e implantado na área gerencial algo parecido com a antiga Remuneração Global (RG), aplicável até então apenas aos escalões superiores.

A alteração salarial do corpo gerencial criou um efeito claramente perceptível. A predisposição à discussão mais participativa deu lugar a uma visão mais de cumprimento de ordens de instâncias superiores. Não que ela não existisse antes, mas sempre havia espaço e disposição em apresentar alternativas e apontar eventuais pontos fracos, pois se considerava que a Petrobrás era a nossa empresa, onde passaríamos toda a nossa vida, tendo a obrigação de dar nossa melhor contribuição. Era o que se chamava vestir a camisa da empresa, semelhante ao que os japoneses praticavam e diferente da visão americana, com empregados mudando de companhias continuamente, sem maiores laços com as empresas.

Para o corpo técnico ficava a impressão de que aumentara o receio de perda da função gerencial e da remuneração adicional, tão maior quanto mais novo o gerente.

Consultor Técnico

Os empregados da Petrobrás sempre reivindicaram a criação de uma carreira técnica. Com o passar dos anos, um técnico experiente era alçado à carreira gerencial. Embora pudesse não ser sua vocação, aceitava pela possibilidade de ascensão e aumento salarial, deixando, em muitos casos, de ser um bom técnico para se tornar um mau gerente.

A criação da consultoria técnica visava, segundo a empresa, reter técnicos mais experientes que seriam disputados por outras companhias, dentro do cenário de abertura do setor petróleo, promovido pela mudança da legislação em 1997.

Havia também outra conseqüência: promover uma maior competição entre os empregados, com uma cultura mais identificada com o trabalho em equipe. A nova direção via esta visão como atrasada para os desafios dos novos tempos.

A consultoria não atendia à reivindicação dos técnicos, uma vez que era um cargo de confiança e não uma carreira. Ou seja, seria dada ou retirada conforme o entendimento gerencial do que era mais adequado para a gestão da Companhia, ainda que o técnico continuasse a desempenhar as mesmas atividades. O RH ainda hoje considera que está praticando a carreira Y (como pode-se verificar na sua página), com um momento de inflexão entre a carreira gerencial e técnica.

A diferença de remuneração entre técnicos que, com a mesma experiência, desempenhavam as mesmas funções, criou uma divisão no seio das equipes. Hoje, há uma tendência a reter conhecimento para utilizá-lo como diferencial num momento de concorrer a uma vaga de consultor.

São desafios que terão que ser debatidos de forma aberta, ouvindo os técnicos e não apenas aguardando que seja definida uma diretriz a ser seguida.

Capa

Dilma cumpre a Lei e cede áreas

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a contratação direta da Petrobrás, por 35 anos, para produção do volume excedente aos cinco bilhões de barris encontrados sob o regime de cessão onerosa em quatro áreas do pré-sal – Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi.

O CNPE informou que caberá a Petrobrás o pagamento à União de um bônus de assinatura no valor de R\$ 2 bilhões em 2014 e a antecipação de parte do excedente em óleo, com a seguinte distribuição: R\$ 2 bilhões no ano de 2015, R\$ 3 bilhões em 2016, R\$ 4 bilhões em 2017 e R\$ 4 bilhões no ano de 2018, totalizando R\$ 15 bilhões.

As estimativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indicam que estas quatro áreas podem conter volumes adicionais entre 9,8 e 15,2 bilhões de barris de óleo equivalente.

O professor Ildo Luís Sauer, diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEEUSP), avalia que a posição dos brasileiros em relação à medida deve ser de “aprovação cautelosa”. Sauer, que foi diretor de Gás e Energia da Petrobrás entre 2003 e 2007, considera que, dentro da legislação atual, a contratação direta da Petrobrás é o “caminho menos danoso” para a sociedade

brasileira, mas espera que a medida não tenha motivação meramente eleitoral. “A concessão ou a partilha não interessam ao Brasil. Em condições análogas, verificou-se que no leilão de Libra o país teria até mais vantagem com a concessão do que com a partilha. Preferíamos que a Petrobrás retomasse sua prerrogativa de produzir cem por cento do petróleo brasileiro, mas a contratação direta permite resultado semelhante”, opina.

Para o professor da USP, esta última decisão mostra que o governo admitiu que a contratação direta é o melhor caminho. “Precisamos entregar bilhões de barris a estrangeiros em Libra para aprender? A partilha é pior que a contratação direta, foi o que o governo admitiu. Agora precisa reconhecer isto na ação que movemos para anular o leilão de Libra. Seria um gesto digno”, sugere, acrescentando que caberia às autoridades dar ênfase na transparência de todo o processo.

“A decisão foi tomada neste momento de deflagração eleitoral e sem um debate público sobre volumes, limites e valores. O proprietário verdadeiro do petróleo é a população brasileira e ela precisa saber o total das reservas, sendo a Petrobrás encarregada de concluir o processo exploratório.” Para Sauer, seria difícil, juridicamente, seguir outro caminho neste caso. “Talvez o governo tenha sido obrigado a

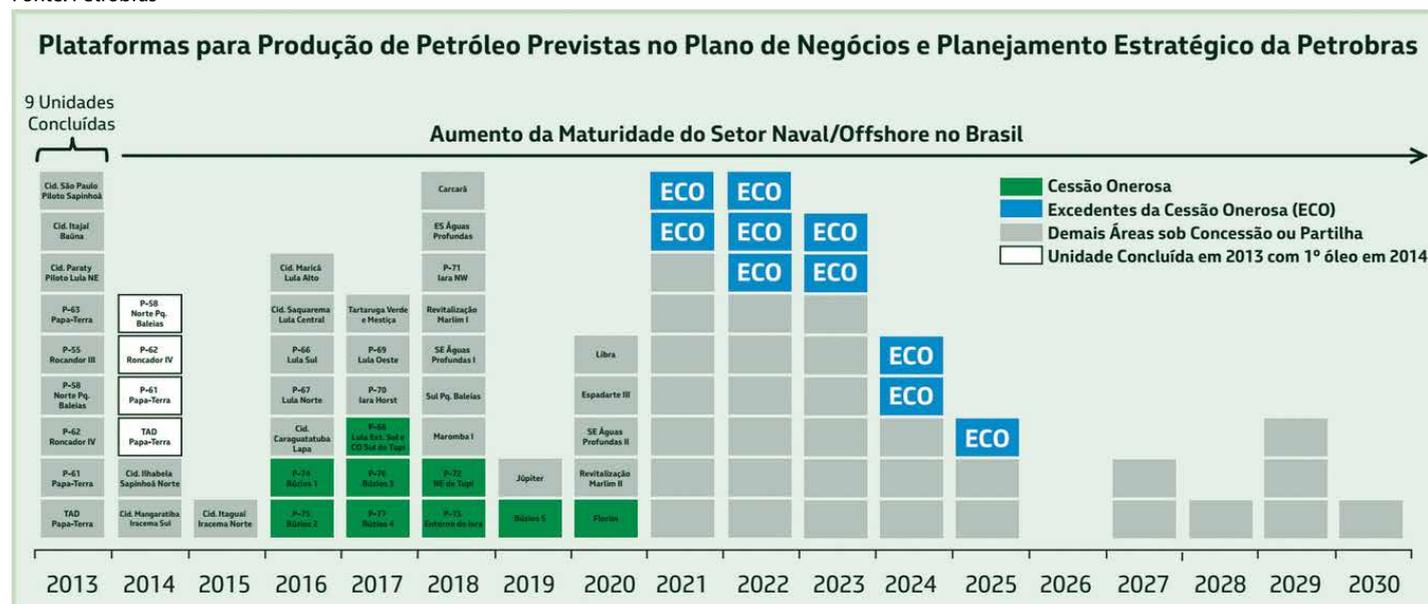
fazer isso, por causa do imbróglio em que se meteu ao conceder campos com volume maior que o contratado e agora quer faturar politicamente.”

O passo seguinte, na opinião do ex-diretor da Petrobrás, seria programar a produção em sintonia com um projeto de desenvolvimento nacional alavancado pelo petróleo. O Brasil deveria ainda coordenar suas exportações com os demais países para evitar queda excessiva de preços. “Há articulações para quebrar a espinha dorsal da Rússia e da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opec), que têm mantido do preço do barril estabilizado em patamar favorável, enquanto do outro lado estimulam a produção, até de combustíveis alternativos, para provocar queda de preços”, diz, citando documento oficial da Casa Branca, segundo o qual o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a colega brasileira, Dilma Rousseff, estariam de acordo com a estratégia de aumentar a produção sem planejamento. “Se o Brasil começar a exportar sem controle de produção, passará a ser uma ‘mula-sem-cabeça’ do mercado internacional de petróleo”, define.

Já o vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, também aprovou a contratação direta da Petrobrás. “Em 2010, o governo Lula conseguiu aprovar no Congresso um novo marco regulatório



Fonte: Petrobrás



rio para o petróleo, tendo em vista que a Lei 9478/97, do governo FHC, era muito ruim para o país, pois determina que quem produz passa a ser o dono do petróleo, em detrimento da União, pagando, em dinheiro, apenas 10% de royalties e cerca de 20% em impostos. Para se ter ideia do absurdo, nos países exportadores de petróleo a União fica com 80% do petróleo produzido”, compara.

Com a descoberta do pré-sal, e tendo os diretores da Petrobrás mostrado ao presidente Lula a grandeza da descoberta – algo superior a 100 bilhões de barris e, na época, o país tinha apenas 14 bilhões de barris em reserva – ficou patente, segundo Siqueira, a necessidade de mudar a lei então vigente e o governo criou um grupo de trabalho interministerial para redigir uma nova proposta de marco regulatório.

Leilões do pré-sal à Petrobrás



“Além de substituir o regime de concessão pelo de partilha e determinar a criação do Fundo Social, que destinará recursos para a saúde e educação, o governo optou pela capitalização da Petrobrás através de uma cessão onerosa, e cedeu à Petrobrás sete blocos do pré-sal com estimativa de conter uma reserva de cinco bilhões de barris. A Petrobrás pagou R\$ 84 bilhões de reais por essa reserva. Ocorreu que, ao perfurar o primeiro bloco, Franco, a Petrobrás achou 10 bilhões de barris. Ao perfurar o segundo, Libra, encontrou cerca de 15 bilhões de barris.”

O vice-presidente da AEPET frisa que ao contratar diretamente a Petrobrás para explorar o petróleo excedente da cessão onerosa o governo não fez nada mais que cumprir a legislação. “Pela nova Lei 12.351/10, em seu Artigo 12º, o governo deve negociar com a Petrobrás, sem con-

corrência, toda a área considerada estratégica. E, pelo Artigo 2º da mesma lei, área estratégica é aquela que tem baixo risco e alto retorno, e os campos de Franco e Libra estão totalmente enquadrados nessa definição, uma vez que o risco é nulo e o retorno altíssimo, algo como 25 bilhões de barris. Portanto, ao retirar Libra da Petrobrás e leiloar, entregando 60% para multinacionais, o governo descumpriu o Artigo 12º da Lei. Agora, como estamos em período eleitoral, o governo resolveu cumprir a lei e entregar para a Petrobrás o excedente dos campos que ela recebeu como cessão onerosa”, aprova.

Siqueira, no entanto, concorda com Ildo Sauer quando este pondera que a postura dos brasileiros deve ser de aprovação cautelosa. “Nem tudo são flores neste cenário, pois embora o governo tenha feito um gesto de obediência à le-

gislação, usou mais um artifício contra a empresa, exigindo dela um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, pagos adiantadamente, com sete anos de antecedência. A lei nova não obriga o bônus de assinatura. É um artifício do governo para completar o seu superávit primário (economia para pagar juros) e ao mesmo tempo continua estrangulando financeiramente a Petrobrás, obrigando-a a importar combustíveis e vender mais barato para suas concorrentes. Isto causa um prejuízo de cerca de R\$ 8 bilhões por ano à companhia”, contabiliza.

Por sua vez, o ex-deputado federal Ricardo Maranhão, que é conselheiro da AEPET, também aprova a contratação direta da Petrobrás. Maranhão, porém, avalia que no médio prazo a Companhia não terá maiores problemas por ter de pagar bônus ao Tesouro.

“Foi uma grande medida do governo, adotada rigorosamente dentro da lei. É uma reserva muito grande, de até 14 bilhões de barris, e o controle total da operação deve ser mesmo da Petrobrás, com fiscalização do governo, pois, dos resultados da Companhia, boa parte ficará no Brasil, ficando garantida também a participação da engenharia brasileira”, obser-

va, ponderando que, mantido o patamar atual do preço do barril, tais reservas podem render cerca de R\$ 3 trilhões em 35 anos de vida útil dos poços.

O conselheiro da AEPET aponta para um outro aspecto da questão: o comportamento do mercado de ações, que, em sua opinião beira à irracionalidade. “O episódio mostra a irracionalidade desse mercado. Após o anúncio da medida a bolsa caiu, o que é uma estupidez, pois tudo o que qualquer companhia de petróleo precisa para crescer é possuir reservas de petróleo. E as reservas da Petrobrás vão dobrar”, critica.

Maranhão, que também reprova a realização de leilões, aponta uma outra vertente a ser considerada: a incontável capacidade técnica da Petrobrás. “A contratação direta era tudo o que defendíamos para Libra, mas infelizmente a Companhia ficou com a menor parte, quando poderia ter ficado com 100%, já que descobriu tudo. No entanto, mesmo antes do novo marco regulatório, que garante no mínimo 30% à Petrobrás, as estrangeiras procuravam a empresa para fazer parcerias, pois ela conhece o subsolo do país como nenhuma outra”, resume.

“
Pela nova Lei
12.351/10, em seu
Artigo 12º, o governo
deve negociar com
a Petrobrás, sem
concorrência, toda
a área considerada
estratégica. E, pelo
Artigo 2º da mesma
lei, área estratégica é
aquela que tem baixo
risco e alto retorno.
”



Os desafios da Petrobrás para além das denúncias e do estrangulamento financeiro

A Petrobrás e seu corpo técnico dão a resposta aos seguidos ataques que vêm sofrendo, batendo recorde sobre recorde. Em março, auge da onda denunciata, a produção média mensal de petróleo na camada de pré-sal chegou a marca de 420 mil barris. Nas refinarias destaque para a média processada de 2.151.000 de barris de petróleo por dia, 12 mil a mais que o melhor resultado obtido em julho de 2013; além do recorde na produção de diesel S-10 (4 milhões de barris), S-500 (20 milhões) e gasolina S-50 (14,8 milhões).

Ainda em março, a Petrobrás ultrapassou a marca de 100 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural entregue ao mercado consumidor. E a fábrica de fertilizantes da Bahia superou os resultados anteriores na produção de uréia.

Mas não foram esses números que animaram o mercado de ações e fizeram com que os papéis da Petrobrás devolvessem R\$ 25 bilhões de valor de mercado. Para Emanuel Cancellia, diretor da FNP e do Sindipetro-RJ a grande mídia e a oposição miram na estatal não com o propósito de torná-la mais eficiente e transparente, mas sim para acuar o governo e inviabilizar a Companhia.

“E o propósito final será de entregar definitivamente nossas reservas para o capital internacional”, afirma o dirigente sindical.

Finanças comprometidas

A venda de ativos, na chamada política de desinvestimento, mais do que prejudicar a inserção internacional da empresa, ajuda a promover um lucro contábil fantasioso enquanto a companhia realiza verdadeiros prejuízos. E a AEPET também se preocupa com os custos das construções da RNEST e do COMPERJ, muito superiores aos orçamentos iniciais. Para o ex-presidente da AEPET, Diomedes Cesário, boa parte disso se deve à contratação dos projetos na forma de pacote fechado com em-

presas chamadas “EPCistas”.

“Além de contribuir para elevar os custos o EPC desestimula uma das áreas mais inovadoras da Petrobrás, o Cenpes”, afirma Diomedes.

Tais problemas já são alvos de investigação pelo TCU. No início do “tiro-teio”, a presidente da Petrobrás, Maria das Graças Foster, disse em entrevista que não deixaria pedra sobre pedra. No entanto, até aqui nenhuma resposta efetiva foi dada, a não ser a demissão do diretor Nestor Cerveró. E a Companhia continua no caminho ditado pelo governo que, sob o pretexto de controlar a inflação, acaba por comprometer sua saúde financeira.

Não bastasse a defasagem no preço dos combustíveis, a Petrobrás é obrigada a fazer compras no exterior para atender ao aumento da demanda, que cresceu 9,7% entre janeiro de 2013 e janeiro de 2014, muito acima do PIB, portanto. Com o preço engessado, a Companhia repassa as importações ao mercado interno a preços inferiores aos de compra. E parte delas (cerca de 62%) são destinadas a distribuidoras privadas.

Segundo cálculos de analistas, a venda de combustíveis a preços menores que os internacionais representou para a Petrobrás nos últimos três anos um prejuízo de cerca de R\$ 34 bilhões na operação com diesel e de R\$ 13 bilhões

na distribuição de gasolina. O total R\$ 47 bilhões, equivalente a 13,50% do patrimônio líquido da companhia.

Considerando que 62% da distribuição estão sob o controle da iniciativa privada, pode-se afirmar que, enquanto a Petrobras perdia, tais empresas ganharam boa parte dos cerca de R\$ 29,14 bilhões em diesel e gasolina repassados a elas.

Tudo isso com o país ficando cada vez mais distante da autossuficiência em relação ao petróleo. Tanto que, ano passado, pela primeira vez desde 2004, a importação de petróleo e derivados superou a exportação. Somente nos gastos com compra de gasolina e diesel no exterior, a alta foi de 22%. Já as receitas com exportações da Petrobrás caíram 37,4% na comparação com 2012, para US\$ 13,85 bilhões. A produção de óleo e gás, por sua vez, caiu 2,5% em 2013, para 1,93 milhão de barris por dia.

O engenheiro Ricardo Maranhão, conselheiro da Aepet, alerta para o comprometimento da saúde financeira da Companhia. “O endividamento quase triplicou em quatro anos, registrando, em 2013, um aumento de 186,53% em relação a 2009”, contabiliza, registrando que, com a política de preços vigente, perdem o país, os estados, os municípios, as universidades, os centros de pesquisa, os milhares de fabricantes de materiais e equipamentos e prestadores de serviço que atendem à Petrobrás, além da economia brasileira, os acionistas minoritários e o acionista controlador.

A situação se reflete no valor de mercado da Companhia, que em 2013 valia 61,95% do que era em 2009, registra Maranhão. “Somente na área de abastecimento (refino) o artificialismo nos preços da gasolina e do diesel causou prejuízo R\$ 22,931 bilhões, em 2012, e de R\$ 17,764 bilhões ano passado”, registra, acrescentando que o lucro consolidado por ação, em 2013, equivalia a apenas 49% do auferido em 2010.



PREVIC responde às denúncias dos conselheiros eleitos da Petros



Epaminondas S. Mendes

As denúncias e consultas realizadas pelos conselheiros eleitos da Petros junto a Previc (Superintendência de Previdência Complementar) - estão obtendo resultados interessantes aos participantes da entidade.

Dos cinco encaminhamentos realizados em março deste ano, apenas a denúncia sobre o descumprimento do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), referente à paridade dos colegiados e a eleição de diretores de Seguridade e Administração da Petros não foi recepcionada. Mas segundo os conselheiros eleitos, o objetivo de informar e envolver o órgão fiscalizador foi atingido.

COPEL e PQU - A principal vitória foi nos Fundos Individuais de Retirada (FIRs) dos participantes dos Planos Petros Copesul e Petros PQU. Segundo Ronaldo Tedesco, conselheiro fiscal eleito pelos participantes “estes fundos tiveram seu valor minorado pela forma de reajuste após a data-base da retirada de patrocínio, com os saldos corrigidos pela rentabilidade da Petros, que está sofrível desde o ano passado. As perdas chegariam a até 15%”. A Previc determinou a correção dos valores dos Fundos e ainda emitiu dois autos de infração pelo descumprimento dos prazos acordados pela Petros.

Contas da PETROS - A Previc orientou também a Petros a responder todos os argumentos do Conselho Fiscal que constam do parecer que orientou a não aprovação das contas da entidade. As contas foram aprovadas imotivadamente pelo Conselho Deliberativo da Entidade. “A Petros está obrigada pela Previc a responder tecnicamente aos argumentos do Conselho Fiscal”, informou o presidente do conselho fiscal da Petros, Epaminondas de Souza Mendes.

Separação de Massas e Multipatrocínio - A denúncia sobre o processo de Separação de Massas do Plano Petros do Sistema Petrobrás e suas dívidas a receber foi incorporada pela Previc ao processo de separação de massas em análise naquela autarquia. E a denúncia que trata da utilização ilegal do patrimônio dos Planos Petros do sistema Petrobrás e Petros-2 para financiamento da administração dos planos do multipatrocínio foi incorporada ao processo de discussão do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) a ser firmado pela Petros.

Epaminondas falou sobre este momento: “O Conselho Fiscal da Petros não recomenda a aprovação das

contas da Entidade há 10 anos. O Conselho Deliberativo vem aprovando estas contas todo este tempo. Esta situação não vinha obtendo a atenção do órgão fiscalizador. Até que a votação do Conselho Fiscal foi unânime e a grande mídia, que está em uma campanha de denúncias contra a Petrobrás, colocou a Petros na sua pauta”.

Segundo Ronaldo Tedesco “de uma hora para outra os petroleiros conseguiram expor algumas das dificuldades que a utilização dos fundos de pensão pelos governos (não somente o atual, mas todos eles) causa nestas instituições”.

“O jornal O GLOBO, um das mídias mais atuantes em defesa dos interesses empresariais privados, não consegue firmar uma crítica consequente de direita ao atual governo. Com isto, para ter o que falar, a grande imprensa se incumbiu de pautar assuntos para os quais nunca deu manchete, mas que são caros aos trabalhadores. Questões programáticas de esquerda como o combate à corrupção, a utilização política das empresas estatais e dos fundos de pensão, a terceirização, o superfaturamento etc. Todos estes assuntos foram abandonados pelos sindicatos ligados ao

governo e viraram pauta da mídia”, continua Tedesco.

Os conselheiros também criticam a utilização da Petrobrás na campanha eleitoral de candidatos da direita. Segundo Epaminondas “o PSDB não tem autoridade moral nem respaldo dos petroleiros para criticar a Petrobrás. Os tucanos fragilizaram a companhia. Até o nome Petrobrás quiseram trocar para Petrobrax e foram repudiados pelos petroleiros e pela população. Estas críticas - contraditoriamente - abriram a possibilidade de dar visibilidade aos problemas mais sentidos pelos petroleiros. Ronaldo Tedesco complementa: “Isto se reverteu numa oportunidade para que discussões importantes como terceirização e Petros fossem abertas ao público e ao corpo técnico da companhia”.

Conselho atuante - Epaminondas ressalta a atuação do Conselho Fiscal da Petros, que tem sido muito intensa nos últimos anos: “A demanda de fiscalização da Entidade tem colocado uma carga de trabalho intensa para seus conselheiros fiscais envolvendo aspectos jurídicos, contábeis, de gestão, atuariais, econômicos, financeiros, institucionais, entre outros. Nem sempre os resultados concretos são visíveis. Mas é inegável que nossa atuação tem sido intensa”.

“Recentemente encaminhamos denúncia à CVM sobre uma movimentação suspeita das ações do portfólio da Entidade na virada do ano. A CVM analisou e nos informou que concluiu pela aparente inexistência de prejuízo aos acionistas ou à companhia na operação de aumento de capital... pelo que não se justificaria a adoção de diligências adicionais”, informou o conselheiro Ronaldo Tedesco. “Nós estamos cuidando do patrimônio dos participantes. Reclamar faz parte. Mas não ficamos de blá-blá-blá: nós agimos”, concluiu o representante dos participantes.



Ronaldo Tedesco

Qual o papel do Conselho na gestão da Petrobrás?



O Conselho de Administração da Petrobrás tem como finalidade principal aprovar o Plano Estratégico da Companhia. Com esse objetivo, o que poderia ser tratado como opção passa por uma obrigação do interesse de todos os funcionários.

O Conselho é composto majoritariamente por representantes indicados pelo acionista controlador, que é o governo federal. A partir de 28 de dezembro de 2010, a Lei 12.353 instituiu a presença de representantes dos empregados naquelas importantes instâncias das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Mas, para os trabalhadores, qual a importância efetiva de ter companheiro eleito para atuar numa instância tão relevante? Na opinião de Carlos Augusto Muller, o Comandante C.A. Muller, escolhido em 2013 para representar os funcionários da Transpetro, a Lei 12.353 confere aos empregados a chance de levar para o ambiente deliberativo do Conselho de Administração o ponto de vista dos trabalhadores em questões que lhes interessam diretamente.

“O direito de participar dessa instância máxima, onde são tomadas as decisões estratégicas de negócios da empresa, financiamentos, orçamento, investimentos e remuneração dos dirigentes, entre outras, é de grande relevância”, destaca Muller, que, entre outras propostas que norteiam seu segundo mandato, trabalha para barrar as iniciativas de privatização ou alienação de ativos da Transpetro que possam comprometer a manutenção de empregos ou a viabilidade financeira da empresa.

“Outro ponto a destacar é a competência do conselheiro representante dos empregados para acompanhar a gestão dos diretores, examinar documentos e solicitar esclarecimentos sobre os negócios, contratos e quaisquer outros atos da companhia”, ressalta.

Esses dispositivos, segundo Muller, têm permitido aos funcionários da Trans-



Sílvio Sinedino

petro conhecer e acompanhar de forma abrangente os negócios da empresa para, com base sólida, emitir opinião nas matérias a serem deliberadas pelo conselho. “O conselheiro eleito pelos empregados tem as mesmas prerrogativas que os demais conselheiros, exceto pela restrição imposta pela Lei no. 12.353 quanto a participar da deliberação em assuntos que envolvam questões trabalhistas, sindicais, remuneração e previdência”, ressalva.

Apesar dessa restrição, o representante dos empregados está sujeito a todos os critérios e exigências para o cargo de conselheiro de administração previstos em lei e no estatuto da respectiva empresa. Para Sílvio Sinedino, presidente da AEPET, que no último dia 2 de abril tomou posse no Conselho de Administração como representante dos trabalhadores, pela segunda vez (o pri-

meiro mandato foi em 2012), a restrição citada pelo colega da Transpetro não é justa, pois, na opinião de Sinedino, ela tenta criar conselheiros de duas categorias: “uns, de primeira categoria, que podem discutir tudo, e outro, de segunda categoria, que só discute o que lhe é permitido”. Ele promete atuar com os sindicatos, federações e associações junto ao Congresso Nacional para acabar com esta regra, que classifica como “interdição”.

Com relação às propostas para o mandato, ao lembrar a campanha nacional que levou à criação da Petrobrás e o esforço e competência de seus trabalhadores que a transformaram nesse gigante que orgulha os brasileiros, o presidente da AEPET pretende lutar até o último dia contra o esvaziamento do Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes), que, apesar de receber investimentos significativos – quando comparados a outras empresas do ramo – cada vez mais se dedica a tarefas de curto prazo, que não é sua missão prioritária. “Nosso Centro de Pesquisas tem que voltar a ser um gerador de conhecimento, tecnologia e patentes e não um gerenciador de contratos”, enfatiza.

O Conselheiro eleito pelos petroleiros aponta para o momento atual da Petrobrás, que vive o constrangimento financeiro imposto pelo governo, em nome do combate à inflação, o que obriga a empresa a vender por preços controlados o que se importa a preços internacionais. “Hoje não há mais o monopólio do petróleo. Então, por que obrigar a Petrobrás a vender derivados a preços subsidiados

às próprias distribuidoras concorrentes? É isto o que o capitalismo chama de ‘livre mercado’?”, questiona.

Este estrangulamento financeiro, segundo Sinedino, é uma forma de canibalização da companhia, que leva ao desespero pela produção a qualquer custo. “Isto fragiliza, ainda mais, a situação em plataformas, refinarias e transporte, colocando em risco a vida dos trabalhadores.”

Outro ponto que demonstra a importância de um conselheiro eleito pelos trabalhadores, na visão de Sinedino, é a transparência e o combate à corrupção. “O caso da refinaria de Pasadena, que ocupa as páginas dos principais jornais do país, não pode passar em branco. Quem prejudica a Petrobrás não é aquele que revela o mal feito e cobra apuração e, sim, quem o pratica.”

Por sua vez, o ex-presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva, vê a participação dos trabalhadores nos conselhos de administração como uma grande conquista, apesar das críticas construtivas que possam ser feitas e das limitações impostas. “Tudo isso faz parte do aperfeiçoamento. É preciso sensibilizar mais os empregados através de um trabalho de conscientização. Estaremos sempre em minoria, mas nossa contribuição maior é levar a visão do funcionário de carreira da Companhia, pois, teoricamente, essa opinião deve ser levada em consideração”, avalia, ressaltando que, em contrapartida, há informações estratégicas que devem ser mantidas em sigilo.

AEPET na mídia

Coincidindo com a posse de Sílvio Sinedino no Conselho de Administração, a Petrobrás se viu, mais uma vez, como centro do noticiário, logo após a prisão do ex-diretor Paulo Roberto Costa, motivada pelas denúncias contidas na operação Lava-jato, da Polícia Federal.

Em 2012, quando ocupou o posto do CA pela primeira vez, Sinedino já havia denunciado possíveis irregularidades no contrato de compra da refinaria de Pasadena. Com a operação da PF o assunto voltou à tona e tanto Sinedino como a AEPET passaram a ser procurados pela Imprensa como fonte de informação.

Para o diretor de comunicação da AEPET, Ronaldo Tedes-

co, é importante posicionar a entidade com fonte de informação, mas dentro dos valores que a norteiam, ou seja, a defesa do nacionalismo, da soberania, da Petrobrás e de seu corpo técnico.

“Tentamos ocupar espaços, mas sabendo que, em certos momentos, o que interessa a alguns veículos é o denunciamento inconseqüente, e disto não participamos”, adverte.

Nos últimos três meses, a AEPET e Sinedino foram citados nos jornais O Globo, Folha de S. Paulo, Correio Braziliense, Valor Econômico, Brasil Econômico, Correio da Cidadania, Causa Operária e Monitor Mercantil, além de entrevista à rede CBN de rádio e citações nas agências Estado, Reuters e Bloomberg.